

O protagonismo feminino: um caso de convivência sustentável com o Semiárido nordestino no Brasil

Women's leadership: a case of sustainable interaction with the semiarid Brazilian northeastern region

El protagonismo femenino: un caso de convivencia sostenible con la región semiárida del Nordeste de Brasil

Tatiana Frey Biehl Brandão^a

Janice Rodrigues Placeres Borges^b

Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa^c

^aDocente da Universidade Federal de Alagoas, campus do Sertão, Santana do Ipanema, Alagoas, Brasil
End. Eletrônico: tatianafbbrandao@gmail.com

^bDocente da Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Agrárias, Araras, São Paulo, Brasil
End. Eletrônico: janice@cca.ufscar.br

^cDocente da Universidade Federal de Alagoas, campus do Sertão, Santana do Ipanema, Alagoas, Brasil
End. Eletrônico: lucianochbgb@hotmail.com

doi:10.18472/SustDeb.v7nEsp.2016.18759

Recebido em 10.05.2016

Aceito em 21.10.2016

ARTIGO

RESUMO

Este trabalho busca descrever e analisar as estratégias de inclusão socioprodutiva adotadas pelas integrantes da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, localizada no povoado de Lagoa da Volta, município de Porto da Folha, no sertão de Sergipe, ao tempo em que discute a agroecologia como estratégia de convivência com o semiárido. Metodologicamente, optou-se pelo estudo de caso da referida Associação, sendo realizadas, em 2015, 12 entrevistas semiestruturadas além de registros fotográficos, de áudio e anotações no caderno de campo. Destaca-se que as associadas desenvolvem diversas atividades agrícolas e não agrícolas que contribuem diretamente para a renda das mulheres, para a segurança alimentar das famílias e para a convivência com o semiárido. As entrevistadas organizaram suas estratégias socioprodutivas a partir do associativismo que, em conjunto com as atividades de base agroecológica, apresentam-se como forma de inclusão socioprodutiva e participativa das mulheres e de sustentabilidade da vida e do ambiente no semiárido.

Palavras-chave: Mulheres. Associativismo. Convivência com o semiárido.

ABSTRACT

This study seeks to describe and analyze the socioproductive inclusion strategies adopted by members of the Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História', a women's organization located in the Lagoa da Volta community, municipality of Porto da Folha, in the interior of the state of Sergipe. At the same time it discusses agroecology as a strategy for coexistence with the semiarid climate. Methodologically, a case study of the association was conducted in 2015, based on 12 semi-structured interviews, photographic and audio records, and field notes. It is noteworthy that the women in the association engage in several agricultural and non-agricultural activities that directly contribute to their income, to household food security and to coexistence with the semiarid climate. Interviewees organize their socioproductive strategies through associativism, which together with the agroecological activities are a form of socioproductive and participatory inclusion of women and of sustainable coexistence with the semiarid climate, improving their living conditions.

Keywords: Women. Associations. Coexistence with the Semiarid region.

RESUMEN

Este trabajo pretende describir y analizar las estrategias de inclusión socio-productivas adoptadas por las integrantes de la Asociación de Mujeres "Resgatando Sua História", que se encuentra en el poblado de Lagoa da Volta, municipio de Porto da Folha, en el interior de Sergipe, al mismo tiempo que se discute la agroecología como estrategia de convivencia con la región semiárida. Metodológicamente, se optó por el estudio de caso de la citada Asociación, habiéndose celebradas, en 2015, 12 entrevistas semiestructuradas, así como registros fotográficos, de audio y anotaciones en cuaderno de campo. Es de destacar que las socias desarrollan diversas actividades agrícolas y no agrícolas que contribuyen directamente a los ingresos de las mujeres, a la seguridad alimentaria de los hogares y a la convivencia con la región semiárida. Las entrevistadas organizaron sus estrategias socio-productivas a partir del asociacionismo que, junto con las actividades agroecológicas, se presentan como una forma de inclusión socio-productiva y participativa de las mujeres y de sostenibilidad de la vida y del medio ambiente en la región semiárida.

Palabras clave: Mujeres. Asociacionismo. Convivencia con la región semiárida.

INTRODUÇÃO

A realidade social e econômica do Nordeste brasileiro não se apresenta de forma homogênea. Segundo Araújo (2002), diversas áreas do Nordeste desenvolvem atividades modernas enquanto outras são resistentes às mudanças socioeconômicas. Por exemplo, nas zonas cacauceiras, canavieiras e no sertão semiárido, o processo de modernização ocorre de forma seletiva e restrita o que colabora com a manutenção do padrão tradicional dominante.

Mais especificamente no que concerne à transformação do sertão nordestino, Silva *et al.* (2015, p. 356) expõem que “[...] o ‘velho’ semiárido de base gado/algodão/lavouras alimentares passa a ser um semiárido em transformação, com diversas contradições e uma forte competição entre a agricultura moderna [...] e a agricultura familiar [...]”.

Os contrastes expostos acima configuram um Nordeste de contradições com a modernização e a agricultura irrigada contrastando com a seca que continua a ser um problema social e produtivo para as famílias do semiárido, pois atinge praticamente toda a população de trabalhadores rurais e pequenos produtores, conforme abordam Araújo (2002) e Duque e Cirne (1998).

A respeito da pobreza na região, Araújo (2002) apresenta a situação social do Nordeste como sendo a mais grave do país, visto que, segundo o autor, o PIB per capita e a esperança de vida do nordestino são os menores se comparados com as demais regiões do Brasil.

Essa exclusão social e produtiva não pode ser entendida como uma consequência da problemática da seca, mas sim como problema social. Para Duque e Cirne (1998, p. 153), a seca se constitui como um grande problema técnico para os pequenos agricultores e a “[...] Sua permanência evidencia a falta de poder dos pequenos produtores. A seca agudiza uma fragilidade já existente cujas causas são sociais antes de serem ambientais”. Assim, “O fracasso da agricultura no semiárido e a miséria de sua população não constituem fatalidade [...]. Uma outra agricultura é possível, dependendo de uma outra sociedade [...]” (DUQUE; CIRNE, 1998, p. 151).

Nesse contexto, Luzineide Carvalho (2006, p. 8-9) aborda que é necessário fazer uma releitura do sertão, passando a perceber esse território sob a lógica da convivência com o semiárido, pois foca na vida e

[...] nas condições socioambientais desta região, em seus limites e potencialidades, pressupondo novas formas de aprender a lidar com esse ambiente [...] oportunizando organizar e criar alternativas de produção a partir dos limites e possibilidades que a natureza oferece.

Ainda segundo Luzineide Carvalho (2006), atualmente os planos de desenvolvimento para o rural nesse território detêm como parâmetro a proposta de convivência com o semiárido, esta aparece atrelada a uma possibilidade de desenvolvimento sustentável baseado na agricultura familiar e na busca de segurança alimentar e nutricional.

Assim, a perspectiva abordada sobre inclusão socioprodutiva, neste trabalho, é a observada a partir da inclusão dos atores sociais na sociedade de forma efetiva, tanto no que se refere ao engajamento político-social, como no âmbito econômico-produtivo. Mas também, das rendas monetárias e não monetárias auferidas, visto que estas contribuem diretamente para a renda familiar por meio da comercialização, assim como, do autoconsumo familiar, colaborando para a segurança alimentar através de um leque diversificado de produtos, agrícolas e não agrícolas.

Portanto, este artigo tem como objetivo descrever e analisar as estratégias de inclusão socioprodutiva adotadas pela Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, ao tempo que se pretende discutir se a agroecologia constitui-se em uma estratégia de sobrevivência para as famílias rurais e de convivência com a região do semiárido brasileiro.

Para uma melhor compreensão da realidade debatida no trabalho é importante salientar que a referida Associação foi registrada em 2007, com apoio do Centro Dom José Brandão de Castro (CDBJ), uma Organização Não Governamental que detém importante atuação no semiárido brasileiro, e da instituição de origem católica Divina Providência, com sede na Alemanha.

Cabe salientar que a Associação encontra-se no município de Porto da Folha, que possui uma população rural que representa 63,33% da população total do município, apresenta IDH de 0,568 e sua taxa de incidência de pobreza é de 56,71% da população (IBGE, 2010). Este cenário demonstra a necessidade da atuação, simultânea, de políticas públicas e da construção de um ambiente propício ao protagonismo dos atores sociais locais para romper com essa preocupante realidade local.

Além disso, o Território do Alto Sertão Sergipano “[...] conta com uma expressiva presença de movimentos sociais, sindicais, entidades de apoio à reforma agrária e à pequena agricultura, associações comunitárias e de agricultores, cooperativas e conselhos municipais, [...]” (SANTOS; GOIS, 2009, p. 6), ou seja, nessa localidade há uma importante atuação dos grupos sociais para seu desenvolvimento ante as restrições edafoclimáticas existentes na localidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Metodologicamente, optou-se pelo estudo de caso, com uma abordagem qualitativa da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, localizada no Povoado de Lagoa da Volta, município de Porto da Folha, no Território do Alto Sertão Sergipano, visto que esse método “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]”, segundo Gil (2010, p. 37).

Para o desenvolvimento do estudo, além de uma revisão da literatura pertinente ao tema, foram realizadas, na ocasião do reconhecimento da área de estudo, quatro dias de visitas ao povoado de Lagoa da Volta, especificamente à Associação de Mulheres “Resgatando Sua História” e uma visita a cada estabelecimento rural das entrevistadas. Após a assinatura do Termo de Livre Consentimento pelas associadas, foram realizadas, ainda, observações diretas, anotações no diário de campo, documentação fotográfica, gravação de áudio das 12 entrevistas semiestruturadas com questões abertas e fechadas que tiveram a finalidade de conhecer o perfil das associadas e o da Associação; o sistema produtivo da Associação (atividades agrícolas e não agrícolas), as práticas de convivência com o semiárido e a comercialização da produção; e a visão das associadas sobre a permanência dos filhos no meio rural e a continuidade dos estabelecimentos rurais.

Foram realizadas entrevistas com as coordenadoras da Associação e associadas que abarcam diversas faixas etárias, ocupam cargos administrativos na instituição, são conselheiras, fundadoras e novas associadas. Enfim, foram entrevistadas todas as associadas que manifestaram vontade e disponibilidade de tempo, em julho de 2015, para a realização da entrevista.

O ASSOCIATIVISMO DAS MULHERES E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

É no cenário da Caatinga que está inserida a Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, formada por 30 mulheres. A opção em participar de um processo coletivo levou-as ao intercâmbio e à agregação de conhecimentos, proporcionando a construção de um capital intelectual local capaz de transformar a realidade, visto que, ao se organizarem de forma coletiva sob a essência do associativismo e do cooperativismo, a entidade passa a ter, também, uma finalidade social. Segundo Santos *et al.* (2008, p. 1) “A expressão ‘cooperativismo’ [...] significa ‘operar conjuntamente’. Daí, a ideia de prestar ajuda, auxílio em prol da sociedade como um todo”. Nesse âmbito, Faria e Faria (2006, p. 111) trazem o conceito de “[...] Economia Solidária, entendido como um modo de produção e distribuição que se caracteriza por empreendimentos coletivos [...]”. Portanto, a ideia de economia solidária reflete um modo solidário de produção e comercialização.

Observa-se, assim, que a agroecologia apresenta-se como um contraponto ao sistema capitalista hegemônico, visto que a estratégia agroecológica é definida por Guzmán (2009, p. 29) como

o manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação social coletiva de caráter participativo, permitia projetar métodos de desenvolvimento sustentável. Isso se realiza através de um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica que reconduza o curso alterado da evolução social e ecológica, mediante o estabelecimento de mecanismo de controle das forças produtivas para frear as formas de produção degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade, causadoras da atual crise ecológica. Em tal estratégia, desempenha o papel central da dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implantação de sistemas de agricultura alternativa potenciadores da biodiversidade ecológica e sociocultural.

Faria e Nobre (2003) expõem que para melhorar as condições de produção dos itens agrícolas de subsistência é necessário disponibilizar recursos na mão das mulheres agricultoras. Ao falarmos do papel da mulher na reprodução socioeconômica das famílias rurais se percebe as agricultoras cada vez mais como atorras sociais na busca por uma melhor qualidade de vida e, segundo Sen (2000), exercendo um papel de agente ativa das mudanças.

Assim, este trabalho incorpora a perspectiva abordada por Sardenberg (2012, p. 66) e toma-se “empoderamento como um processo de conquista da autonomia por parte dessas mulheres [...]. O que se traduz, também, na expansão dos limites de se fazer escolhas estratégicas, num contexto no qual isso era antes impossível” (KABEER, 1999).

Portanto, pode-se observar a mobilização em torno da construção da Associação por meio do fortalecimento da questão de gênero e da opção pela agroecologia como uma forma emancipadora, pois as atorras sociais engajadas atuam de maneira dinâmica e participativa na gestão dos recursos existentes na localidade.

As associadas desenvolvem diversas atividades agrícolas e não agrícolas, monetárias e não monetárias, constituindo assim, através da pluriatividade, diferentes estratégias socioproductivas, que são desempenhadas nas áreas da Associação e/ou na propriedade de cada associada, de acordo com o seu modo de vida, visto que foram encontradas diversas peculiaridades, tais como: um sítio que recebe um expressivo número de visitantes (turismo pedagógico) por se tratar de uma referência produtiva agroecológica no semiárido sergipano, onde a associada utiliza-se de um biodigestor para o preparo de alimentos; enquanto outra associada realiza a produção de hortaliças em seu quintal produtivo, apenas para o consumo da família; ou outra associada, que exerce suas atividades profissionais no setor público, mas colabora voluntariamente com a produção da Associação.

Assim, percebe-se que as associadas têm diferentes trajetórias de vida e experiências distintas na Associação, havendo aquelas que atuam na Associação desde sua fundação (associadas fundadoras) a jovens integrantes. Além disso, as associadas possuem uma faixa etária bem diversificada, onde existem desde jovens mulheres a idosas, as quais, em sua maioria, são agricultoras familiares e casadas. Logo, cada associada desempenha um diferente papel na Associação, que está ligado diretamente às suas habilidades pessoais e disponibilidade de participar das diversas atividades da Associação, assim como cada associada gerencia a sua propriedade de acordo com os seus projetos e modo de vida.

a. O Sistema Socioproductivo das Mulheres Associadas

Entre as diversas atividades desempenhadas na Associação está a produção agrícola, onde observou-se que o cultivo de hortaliças se dá em uma área de aproximadamente um hectare, onde ficam, também, a sede da Associação, o viveiro de mudas, o minhocário e a produção de adubo orgânico. A coordenadora da Associação informou que hoje não há mais galinhas na Associação por “falta de milho” e expôs que fica caro para comprar.

Há uma segunda área utilizada pelas associadas para o desempenho da atividade de apicultura que, segundo a coordenadora, abriga, ainda, o banco de sementes da Associação. Essa área, de aproximadamente três hectares, pertence a uma das associadas que firmou um contrato de comodato com a Associação. A coordenadora mencionou ainda que as associadas também já chegaram a cultivar canteiros em uma área da sua propriedade, mas que hoje essa atividade não ocorre por conta da escassez de água.

A produção agrícola da Associação é destinada tanto para o autoconsumo das associadas quanto para a comercialização via Associação. Dessa forma, são geradas tanto renda não monetária advinda do autoconsumo, como renda monetária agrícola oriunda da comercialização desses produtos. Os produtos agrícolas, geradores de renda monetária, produzidos na Associação de modo coletivo são: **(i)** os canteiros que produzem em média 10 variedades distintas de olerícolas (hortaliças, raízes, tubérculos), que são comercializados semanalmente; **(ii)** o mel, que é comercializado duas ou três vezes ao ano, de acordo com a safra; e **(iii)** os grãos, que são, geralmente, comercializados durante o inverno, principalmente o feijão-verde.

Mas, não menos importantes, podemos destacar os produtos agrícolas que contribuem para a geração de renda não monetária da Associação e, conseqüentemente, das associadas, tais como: **(i)** o cultivo de flores, que ornamentam, principalmente, a área externa da sede da Associação, onde as associadas desenvolvem diversas atividades; **(ii)** a produção de frutas, que são destinadas, principalmente, para a agroindustrialização; **(iii)** a produção de aproximadamente dez tipos de sementes, que são utilizadas tanto para o consumo humano quanto para a adubação verde, as quais 20% são destinadas para o banco de sementes da Associação, enquanto 80% das sementes são distribuídas para as associadas; **(iv)** as plantas medicinais cultivadas, que são frutos de trocas de mudas entre a Associação e as associadas, onde as oito variedades hoje encontradas na Associação são utilizadas de forma solidária entre as associadas e para doação ao público externo à Associação. Vale salientar que não foram relatados percentuais de trocas de bens ou serviços com entes externos à Associação.

No que concerne à segurança alimentar e nutricional, as mulheres destacaram que a prioridade é o abastecimento das famílias e não a comercialização. Mas, o excedente da produção é comercializado no povoado ou por meio de encomendas, o que acaba por contribuir não só para a segurança alimentar das famílias das associadas como, também, da população local. Observou-se, ainda, que as associadas não têm como principal prerrogativa a obtenção de lucro e acabam por escoar os produtos pelos mesmos preços dos produtos convencionais praticados no mercado local.

No que diz respeito à comercialização da produção realizada nos estabelecimentos rurais das associadas, percebe-se que nove entrevistadas vendem a produção para consumidores da região, duas produzem apenas para o autoconsumo e uma entrevistada não produz. Logo, é notório que o mercado consumidor das associadas é o mercado local.

No que concerne à dependência de insumos externos e à aquisição de matéria na região, pode-se afirmar que não há dependência de insumos externos nos estabelecimentos das agricultoras se considerarmos a rede de relações internas da Associação, exceto no que se refere à aquisição de matéria-prima (sementes ou mudas de feijão, milho, alface, coentro e tomate), pois quatro entrevistadas afirmam que as compram nas feiras ou no mercado.

Ainda sobre o modelo produtivo adotado na propriedade das associadas, constatou-se que a maioria das entrevistadas (sete delas) utiliza apenas mão de obra familiar em suas propriedades, enquanto duas afirmam empregarem apenas mão de obra contratada. Além disso, a maioria das entrevistadas (sete associadas) afirma que a mão de obra é suficiente.

Gouveia et al (2011, p. 2) expõem que na Associação de Mulheres “Resgatando Sua História” são desenvolvidas atividades produtivas agrícolas “[...] baseada em práticas agroecológicas visando o fortalecimento da Associação enquanto área produtiva que garanta a segurança alimentar e nutricional das famílias e geração de renda através da comercialização dos produtos [...]”.

Os produtos agrícolas e não agrícolas produzidos pelas agricultoras da Associação são manejados sob os princípios da agroecologia, o que contribui para a segurança alimentar e nutricional das suas famílias por meio do autoconsumo e, também, da sociedade, pois são comercializados no mercado local, por exemplo: mel, compotas, geleias, balas e hortaliças. Desde 2011, a Associação é certificada como Organização de Controle Social – OCS e tem como principal canal de comercialização a venda direta ao consumidor (de porta em porta e durante as feiras e eventos dos quais a Associação participa), o que contribui para a geração de renda para as mulheres.

Percebe-se que os produtos não agrícolas, atualmente desenvolvidos de forma comunitária na Associação, são utilizados nela mesmo, assim como nas propriedades das associadas, mas, também, são destinados à comercialização. Logo, os produtos não agrícolas, produzidos de forma coletiva pela Associação contribuem na percepção de renda monetária e não monetária, tanto das mulheres, como da Associação.

Entre as atividades produtivas não agrícolas, percebe-se que os únicos produtos que geram renda monetária, atualmente, advêm da agroindustrialização de alimentos. Em média, são elaborados sete tipos de produtos, que geralmente são comercializados durante as visitas à sede da Associação, por encomendas ou nos encontros e eventos que a Associação participa.

Dos alimentos agroindustrializados produzidos pelas associadas, a comercialização das balas de banana representa o maior valor do montante da renda monetária não agrícola arrecadada pela Associação e pelas associadas, mesmo sendo essa produção, atualmente realizada na casa da coordenadora da Associação, conforme exposto por esta. Mas, atualmente a sede da Associação está sendo reformada e aguardada a conclusão das instalações da nova cozinha comunitária, o que permitirá às associadas aumentar a produção e ampliar os canais de comercialização, tanto das balas como de outros produtos agroindustrializados, após obterem o registro dos produtos com o Selo de Inspeção Municipal.

No que se refere à produção não agrícola, que contribui para a geração de renda não monetária da Associação e das associadas, a coordenadora da Associação elencou: **(i)** os serviços ambientais, pois contribuem para a melhoria da produção semanal; **(ii)** a produção de dois insumos utilizados,

semanalmente, na produção agrícola na Associação (húmus e fertilizantes), 100% utilizados no âmbito da Associação; **(iii)** as trocas de serviços por meio de trabalho comunitário, estes são diariamente executados nos diversos setores da Associação; **(iv)** o bioenergia, visto que duas associadas utilizam biodigestor em suas propriedades; **(v)** no que se refere a outras energias alternativas, aparece o ecofogão, que já é utilizado na casa das associadas e em breve será utilizado na cozinha industrial que está sendo instalada na sede da Associação; **(vi)** eventualmente, são realizados cursos e projetos, como um curso de pedreiras, cujo aprendizado fora aplicado para a construção de infraestruturas, onde as associadas construíram três cisternas, ou a exemplo de um projeto de artesanato, cujos trabalhos de bordado e os na madeira foram aproveitados na Associação. Não houve relatos referentes à troca de bens ou serviços com entes externos à Associação.

Percebe-se que esses produtos não agrícolas geram renda não monetária na medida em que não é necessário o desembolso de valores em espécie para a contratação de mão de obra, ou para a aquisição de insumos, visto que a produção de húmus e fertilizantes, assim como os serviços ambientais acabam por contribuir para a melhoria da produção agrícola. Entende-se que a utilização do biodigestor e o emprego do ecofogão, como energias alternativas, também estão atrelados à opção de gerir um sistema reprodutivo de base agroecológica, o que vem a colaborar para a sustentabilidade desse sistema socio-reprodutivo, que foi adotado pelas mulheres, nesse cenário de semi-aridez do rural sergipano.

Logo, os produtos não agrícolas da Associação acabam por gerar uma considerável economia para as associadas e, conseqüentemente, diminuição dos custos de produção, do mesmo modo que garantem a oferta dos produtos agrícolas cultivados, a um melhor preço, no mercado local. Além disso, os conhecimentos adquiridos por meio da oferta de cursos, assim como as experiências vividas durante a execução de projetos e intercâmbios, possibilitaram às associadas executarem outras atividades não agrícolas que vêm a contribuir com a renda não monetária, mas, também, oportunizaram um incremento de receita para as famílias rurais, como, por exemplo, o trabalho na construção de cisternas, ou ainda o interesse no desenvolvimento de trabalhos artesanais.

Outras atividades não agrícolas, desenvolvidas na Associação e/ou nas propriedades das associadas, mas que não geram, diretamente, renda são: **(i)** os intercâmbios, que são realizados periodicamente, proporcionando aprendizagem e trocas de conhecimento; **(ii)** o turismo pedagógico, atividade esta que se destaca pela crescente demanda, onde as associadas recebem diversos pesquisadores e instituições de ensino de várias regiões do país e de diversas áreas do conhecimento; e **(iii)** o turismo rural, que ainda não tem muita representatividade na localidade.

Apesar dessas atividades tomarem um bom tempo da atarefada agenda de compromissos das associadas, não há nenhum tipo de remuneração percebida por essas prestações de serviços, que se dá a partir da transmissão de informação, de conhecimento e da disseminação dos saberes tradicionais e técnicos advindos das associadas. Percebe-se assim, que elas detêm outros objetivos, que não a visão exclusiva de obtenção de lucro, logo, a Associação gerencia suas atividades agrícolas e não agrícolas e alicerça o seu sistema socio-reprodutivo nos preceitos da agroecologia e dos modos de vida das associadas, conforme expõe a reflexão de Barbosa (2013, p. 112) sobre o sistema socioproductivo agroecológico:

Percebe-se assim que este sistema socioproductivo não detém como único objetivo apenas a obtenção de um maior nível de renda, mas busca construir uma estratégia reprodutiva que contemple simultaneamente a obtenção de uma melhoria das condições social, econômica e ambiental dos estabelecimentos rurais que, por sua vez, se traduz em uma melhoria na qualidade de vida para os agricultores e para sua família.

Verifica-se, assim, que os pressupostos da economia solidária estão inseridos na lógica reprodutiva da agroecologia, a ponto de serem considerados elementos essenciais para a reprodução socioeconômica dos estabelecimentos rurais, conseqüentemente para os agricultores e agricultoras, inseridos no sistema produtivo agroecológico, uma vez que, atuando de forma isolada tendem a terem dificuldades comerciais. Portanto, no âmbito da agroecologia, a cooperação, a solidariedade, a reciprocidade, a democracia, a participação, o igualitarismo, a autossustentação e a responsabilidade social e ecológica com o local e com a sociedade local são tão importantes quanto os retornos econômicos que podem ser gerados, sendo considerados elementos estruturantes desse sistema.

Ainda, no que se refere às atividades não agrícolas desenvolvidas pelas associadas, percebe-se o desempenho de serviços inerentes à comercialização da produção, assim como de tarefas relacionadas à gestão da Associação, que demandam tempo para a organização interna e burocrática da instituição, mas exigem também disponibilidade para viagens, principalmente das coordenadoras, pois estas passam a representar a Associação em encontros e outras atividades político-sociais, o que acaba por dar visibilidade ao trabalho da Associação.

As gestoras passam a ter maior contato com outras instituições, governamentais e não governamentais, a fim de captar recursos humanos e econômicos que venham a contribuir para o desenvolvimento e para a melhoria das condições de vida, tanto das associadas como da comunidade em seu entorno. Para tanto, acabam por aumentar a rede de contatos e parceiros que promovem cursos, capacitações e intercâmbios.

Pelo exposto, percebe-se que a opção das mulheres em se organizarem na forma de Associação pode ser considerada uma estratégia de inclusão socioprodutiva, visto que, além de se unirem em prol da superação das relações de gênero, a Associação tornou-se um elemento-chave para a articulação entre os processos sociais e produtivos, do mesmo modo que se coloca como uma organização mediadora entre os saberes tradicionais das mulheres rurais e a formação de conhecimentos técnicos e científicos a serem adaptados e aplicados no Território do Alto Sertão Sergipano, no sentido de fortalecer a agricultura familiar local.

Nesse contexto, Viana Silva e Valente (2013, p. 396) destacam alguns benefícios a partir da constituição da Associação e a ação coletiva dela decorrente, tais como:

[...] fortalecimento organizacional; construção de redes e alianças sociais; aprofundamento de normas e valores (tais como a solidariedade, a reciprocidade, a confiança) que contribuem para o alcance do bem comum; modificação das relações sociais no interior do assentamento e, particularmente, as relações de poder (no caso, ligadas a questões de gênero) com influência sobre as políticas públicas, a partir do maior acesso à tomada de decisão e ampliação das oportunidades de desenvolvimento, de modo a enfraquecer ou superar os sistemas de exclusão e de discriminação.

Assim, observa-se que por meio da Associação das Mulheres “Resgatando Sua História”, esse grupo de mulheres vem superando os desafios sociais, culturais, econômicos e produtivos, impostos às famílias rurais do semiárido nordestino, ao tempo que as associadas fortaleceram o movimento da agroecologia no sertão sergipano. Além disso, observa-se que o sistema produtivo adotado pelas associadas proporciona produtividade agrícola e contribui para a reprodução socioeconômica.

Nesse sentido, verifica-se, entre outros, a necessidade de estruturar sistemas de produção e gestão condizentes com as singularidades locais existentes no território, e adequados ao modo de vida dos agricultores e agricultoras, para que estes não inviabilizem produtivamente e financeiramente as famílias rurais.

O MODELO PRODUTIVO ADOTADO PELAS ASSOCIADAS E A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

É notório que a agroecologia busca a preservação da agrobiodiversidade e a gestão dos recursos naturais, sendo esses elementos essenciais para a manutenção e reprodução dos modos de vida das famílias rurais e para a manutenção dos agroecossistemas.

Além disso, os agricultores agroecológicos manejam seus estabelecimentos rurais de maneira a valorizar e potencializar os recursos naturais existentes nestes ecossistemas. Dessa maneira, a agroecologia incentiva que as estratégias reprodutivas nela empregadas, não busquem apenas retornos econômicos, mas que possibilitem a ocorrência de retornos sociais e ambientais para os agricultores e a sua família, para os agroecossistemas, para o ambiente rural e para os atores inseridos neste sistema socioprodutivo (BARBOSA, 2013, p.116).

Assim, no contexto do ambiente do semiárido, onde a seca faz parte da característica climática desse lócus, Luzineide Carvalho (2006, p. 26) afirma que a seca não deve ser combatida e aborda sobre a convivência com o semiárido: “As ações e intervenções (as obras técnicas e os artefatos) são aplicadas

pela adequação sociotécnica, com vistas ao aproveitamento dos recursos naturais (água das chuvas, biodiversidade da Caatinga, etc.) dentro dos limites da capacidade ambiental desses ecossistemas". Ainda, sobre o discurso da convivência, Moreira Neto (2013, p. 170) aborda que este "[...] coloca como imperativo para sua viabilidade a elaboração de uma identidade de gênero, na qual a 'igualdade entre homens e mulheres' seja percebida como a medida de promoção da sustentabilidade das relações sociais, políticas e culturais [...]".

Portanto, faz-se necessário conhecer as práticas de preservação e de gestão empregadas pelas associadas no manejo da Caatinga. Nesse contexto, segundo a atual coordenadora da Associação, as práticas adotadas como estratégia de convivência com o semiárido, nas áreas de produção da Associação (sede e apicultura) são: **(i)** cisternas para captação de água (utilizada na sede da Associação) e cisterna-calçadão (utilizada para a apicultura); **(ii)** irrigação por gotejamento, que em épocas de seca mais severa está sendo substituída por regadores manuais; **(iii)** melhoramento do solo por meio de adubação verde, da utilização de biogel (fabricado pelas associadas) e húmus produzido no minhocário; **(iv)** sombrite; **(v)** utilização de pés de mamão como cerca verde e para fazer sombra; e **(vi)** o sistema de mandala, que é utilizado apenas no inverno.

Por meio da observação direta e das entrevistas, verificou-se, ainda, que para suprir as carências existentes no solo, as agricultoras adotam (na área de produção da Associação e nas propriedades das associadas) a adubação verde, cobertura do solo, compostagem, esterco de gado e remédio natural contra as pragas.

Ainda, no que se refere às estratégias de convivência com o semiárido, as entrevistadas relatam a utilização de outras práticas na gestão das suas propriedades: quatro mencionaram o reaproveitamento da água (reúso da água utilizada na lavagem das roupas ou pratos); três citaram a utilização de barragens; a captação de água da chuva foi citada por duas associadas; duas utilizam tanques ou caixas de água. Ainda foram citadas, como estratégia de convivência com o semiárido, a utilização de canteiro econômico, horta suspensa, a diversidade de culturas (policultivo), o barreiro, a operação Pipa1 e a utilização da Palma para alimentação animal no período de seca.

Logo, percebe-se que a opção em adotar o sistema produtivo agroecológico vem contribuindo para a preservação da fertilidade do solo e para o aumento da diversidade de espécies, respeitando as peculiaridades edafoclimáticas locais, assim como o reflorestamento de algumas áreas, a exemplo do que ocorreu após a aquisição do local da sede da Associação, ou ainda, a preservação da vegetação nativa, segundo relatos das entrevistadas "A" e "B". Outro aspecto relevante é que esse sistema passa a contribuir para o equilíbrio do agroecossistema, visto que não há dependência de insumos externos à localidade, possibilitando a produção agrícola de forma mais sustentável na medida em que esta se adequa às restrições ecológicas da região.

Assim, pode-se destacar que o modelo produtivo adotado colabora com a gestão da água, sendo esse fato primordial para a região, visto que a restrição hídrica e a má distribuição das chuvas são fatos que permeiam a realidade do povo sertanejo. Logo, verifica-se que a principal estratégia de convivência com o semiárido, adotada pelas associadas, é a utilização de cisternas, dado que essa prática foi apontada pela maioria das entrevistadas (oito associadas). Segundo as coordenadoras da Associação, hoje todas as áreas produtivas das associadas contam com cisternas.

Na percepção quase unânime das associadas o modelo produtivo adotado contribui para a convivência com o semiárido, colaborando, principalmente, nos aspectos relacionados à gestão da água, pois, entre as entrevistadas, uma afirma que o modelo produtivo contribui para o melhor aproveitamento dos recursos hídricos; duas alegam que contribui para a participação nos Programas 1 Milhão de Cisternas (P1MC)² e Uma Terra e Duas Águas (P1+2)³ da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA); três asseguram que ajuda a economizar água, reduzindo o custo da produção (seja com a captação de água da chuva, seja com o reaproveitamento ou reutilização da água); três alegam que o modelo produtivo ajuda a manter a produção nos períodos de seca (no verão nordestino), devido à armazenagem e ao controle do uso da água (que é melhor no inverno – tempo de chuva).

As entrevistadas percebem, ainda, que o sistema produtivo adotado ajuda na recuperação do solo e na preservação da terra, contribuindo para o controle de pragas, o aumento na quantidade de árvores e na variedade de plantas, a geração de sombra para o gado, a diversidade produtiva e a produção autossustentável (por meio da utilização dos produtos na propriedade, colaborando para a alimentação da família e para a qualidade dos alimentos).

No que diz respeito ao grau de satisfação das associadas com a convivência com a falta de água, observa-se que a maioria (nove entrevistadas) está satisfeita, sendo que duas delas afirmaram utilizar água encanada da distribuidora local, enquanto três associadas expõem que não estão satisfeitas.

Diante do exposto, nota-se que as associadas percebem que o sistema produtivo coopera com a convivência das famílias rurais com o semiárido, não só no que diz respeito à gestão dos recursos naturais disponíveis na localidade, mas destacam, também, que ele contribui com a segurança alimentar e nutricional das famílias. Assim, percebe-se que esses fatores são determinantes para a sobrevivência das famílias rurais do sertão sergipano, assim como acabam por proporcionar, ainda, a inclusão sociorreprodutiva desses importantes atores sociais. Logo, oportunizam que os agricultores e agricultoras permaneçam no ambiente rural e possam continuar a se reproduzir de acordo com os seus modos e projetos de vida.

Nesse contexto, Leff (2001, p. 47) expõe que

É assim que dos países tropicais do Terceiro Mundo emerge um novo paradigma de produção, baseado no potencial ecológico de sua geografia e na pluralidade de suas identidades étnicas. Este paradigma ambiental promove a sustentabilidade a partir de suas bases ecológicas e culturais, através da descentralização da economia e da diversificação dos tipos de desenvolvimento, mobilizando a sociedade a reapropriar-se de seu patrimônio de recursos naturais e a autogerir seus processos de produção.

Assim, esse paradigma ambiental, vem reforçar o protagonismo das associadas no que se refere à mobilização social a fim de modificarem as relações de gênero e apropriarem-se da gestão dos recursos naturais, sociais e econômicos para a reprodução dos modos de vida das famílias rurais. Portanto, observa-se que, segundo Cardoso e Vicentin (2014, p. 268),

A determinação e a organização [...] fizeram com que a Associação de Mulheres Resgatando sua História mudasse a realidade da região, gerando renda e superando a histórica dependência das mulheres em relação aos homens. Hoje, elas são referência no Alto Sertão Sergipano e no Estado quando se fala em defesa do meio ambiente, produção de alimentos saudáveis, manejo e conservação do solo.

Apesar do atual cenário apresentado, Wanderley (2009, p. 44) aborda que

Entretanto, nada está definitivamente conquistado, mas está na hora de a sociedade brasileira não apenas dar um voto de confiança a esses agricultores, mas, sobretudo, reconhecer sua capacidade de assumir, efetivamente, seu papel enquanto ator social, protagonista da construção de outra agricultura e de um outro meio rural no nosso país.

Desse modo, é notório que a mobilização social é fundamental nesse processo de fortalecimento e de reconhecimento do desenvolvimento rural promovido pelos agricultores e agricultoras familiares, por meio da aplicação de seus saberes tradicionais e da busca por fazer do ambiente rural um local de convivência familiar e de proximidade, respeitando a cultura desse meio, assim como de protagonismos no manejo de um sistema socioprodutivo complexo. Esse sistema demanda o entendimento e a aplicação de conhecimentos multidisciplinares para que viabilize produtiva e economicamente as famílias rurais, ao tempo que cumpre a função de prover alimento seguro à população, na medida em que promove a preservação e a recuperação da biodiversidade agroecossistêmica com o intuito de não inviabilizar a continuidade da propriedade.

Cabe salientar que esta pesquisa não teve como objetivo o estudo da sucessão das propriedades, mas os dados revelam a vontade das entrevistadas em relação à permanência dos seus filhos e filhas no ambiente rural, do mesmo modo que a continuidade das atividades nas propriedades rurais. Verificou-se que a maioria das associadas (onze entrevistadas) afirmou que gostaria que seus filhos e filhas permanecessem no ambiente rural e dessem continuidade às atividades da propriedade. Cabe ressaltar que duas entrevistadas não têm filhos, das quais uma expôs que ainda não pensou sobre o caso.

No que se refere à sucessão na agricultura familiar, Anjos (2009, p. 190-191) aborda que esta abrange “[...] não apenas a transferência de um patrimônio [...] ao longo das sucessivas gerações, mas de um verdadeiro código cultural que orienta escolhas e procedimentos dirigidos a garantir com que, pelo menos, um dos sucessores possa reproduzir a situação original”.

Nesse contexto, observa-se que quatro associadas entrevistadas relacionaram como motivos para que os jovens permaneçam no campo, e deem continuidade às atividades do estabelecimento rural, os fatores ligados à qualidade de vida, ambiente produtivo e saudável, acesso a alimentos de qualidade e saudáveis, independência, respeito ao meio ambiente e o prazer de fazer o que gosta. Duas entrevistadas alegam que não querem ver seu estabelecimento abandonado, enquanto uma aponta como único fato para a permanência de seu sucessor o de terem propriedade. Apesar de duas associadas ponderarem sobre o sofrimento e das poucas oportunidades existentes no campo, gostariam que houvesse a permanência da mão de obra para a produção agrícola como fonte de renda.

Ainda, no que se refere à questão da sucessão, pode-se relacionar o fato de que todas as associadas entrevistadas encontram-se satisfeitas ou muito satisfeitas com a Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, com a preocupação delas em manter a continuidade, também, das atividades da Associação, visto que as associadas estudam a possibilidade de alteração do estatuto da Instituição, para que os jovens possam se associar. Logo, a coordenadora da Associação tem como perspectiva para o futuro que a Associação cresça e que os jovens se interessem e tomem conta, e que apareçam projetos melhores, “e assim melhora é pra eles”.

CONCLUSÕES

Diante do contexto exposto, observa-se que a agroecologia, além de conduzir para uma maior participação e valorização dos atores sociais envolvidos em suas práticas, também aborda a importância do papel da mulher. Assim, a partir da agroecologia, as agricultoras tendem a organizar espaços de cooperação produtiva e comercial. Esses espaços são importantes elementos para a geração de autonomia, pois as empoderam social e economicamente, tornando-as menos vulneráveis às relações produtivas e econômicas existentes no âmbito do sistema agroalimentar.

Assim, o reconhecimento da atuação das mulheres da Associação e a valorização do seu conhecimento acabam por incluir as associadas na sociedade, de forma efetiva, tanto no que se refere ao engajamento político-social como no âmbito econômico-produtivo.

Logo, a Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, composta por 30 agricultoras familiares do semiárido sergipano, vem se constituindo em uma alternativa para a melhoria de vida dessas mulheres, visto que por meio da opção por uma agricultura ecológica, as associadas passam a utilizar-se de diferentes estratégias socioprodutivas, que são desenvolvidas nas áreas da Associação e/ou na propriedade de cada associada, de acordo com o modo e projeto de vida de cada família.

No que se refere à função da sobrevivência das agricultoras e de suas famílias, pode-se concluir que a opção pelo sistema produtivo agroecológico proporciona às associadas um leque diversificado de produtos, agrícolas e não agrícolas, que servem tanto para a comercialização e para o autoconsumo familiar quanto para serem utilizados como matéria-prima na produção agrícola ou ainda trocados por outros produtos no território.

Isso acaba por possibilitar a obtenção de renda monetária e não monetária por parte das mulheres, conseqüentemente, as associadas tendem a assumir o papel de protagonistas no que se refere à reprodução socioprodutiva das famílias rurais, contribuindo diretamente com a renda familiar e para a segurança alimentar das famílias do semiárido sergipano.

Durante a pesquisa é possível perceber as associadas como protagonistas no que se refere à conservação dos recursos naturais e da biodiversidade. Assim, observa-se que a lógica sociorreprodutiva adotada pela agroecologia tende a possibilitar às agricultoras um maior equilíbrio de seus agroecossistemas, priorizando, dessa forma, a convivência com o semiárido.

Além disso, a pesquisa constatou que a satisfação das mulheres faz com que estas vislumbrem a permanência dos jovens no ambiente rural para que estes deem continuidade às atividades dos estabelecimentos rurais e da Associação.

Portanto, conclui-se que para a realidade exposta neste estudo de caso, a opção das mulheres em se organizar e formalizarem a Associação pode ser considerada uma estratégia de inclusão socioproductiva adotada pelas agricultoras, no sentido de fortalecer a agricultura familiar que, associada ao sistema produtivo agroecológico, apresenta-se como uma alternativa viável para superar as dificuldades dessa comunidade do semiárido brasileiro. Percebe-se, ainda, que o modo de gestão das atividades produtivas da Associação contempla a biodiversidade existente no local e colabora para a segurança alimentar das famílias rurais, ao tempo que favorece a convivência com o semiárido.

NOTAS

¹ É uma operação de distribuição de água potável realizada por meio de carros-pipas, sendo executada pela Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, em parceria com o Exército Brasileiro, com o intuito de atender a população localizada em áreas afetadas pela seca ou estiagem, em especial a população situada no semiárido nordestino e norte de Minas Gerais.

² O Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) é um programa desenvolvido pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), a partir do início dos anos 2000, tendo como objetivo o armazenamento da água da chuva em cisternas para a produção de alimentos e o consumo humano e animal.

³ O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) também é um programa desenvolvido pela ASA, cujo início ocorreu em 2007. Esse programa engloba o P1MC e tem como objetivo promover a soberania e segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras do semiárido brasileiro a partir do armazenamento da água da chuva para a utilização no sistema produtivo agropecuário.

REFERÊNCIAS

ANJOS, F. do S. dos; CALDAS, N. V. *Pluratividade e sucessão hereditária na agricultura familiar*. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 189-219.

ARAÚJO, T. B. de. *Nordeste, Nordeste: que Nordeste?* Observanordeste, 2002, p. 1-46. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1956%3Anordeste-nordestes-que-nordeste-&catid=58&Itemid=414>. Acesso em: 27 abr. 2016.

BARBOSA, L. C. B. G. *A Pluriatividade na Agroecologia como uma Alternativa de Desenvolvimento para o Ambiente Rural*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, 2013.

CARDOSO, M.; VICENTIM, F. Porto da Folha (SE) – *Associação de Mulheres Resgatando sua História do Povoado Lagoa da Volta – Grupo de Mulheres: resgate da história no sertão sergipano*. In: Brasília: Governo Federal Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável. Brasília, 2014. p. 265-273.

CARVALHO, L. D. *A Emergência da Lógica da “Convivência com o Semiárido” e a Construção de uma Nova Territorialidade*. In: Educação para a Convivência com o Semiárido Árido: reflexões teórico-práticas. Juazeiro/BA: Secretaria-Executiva da Rede de Educação do Semiárido, Selo Editorial – Resab, 2006. Disponível em: <<http://www.ppgesa.uneb.br/arquivos/AELC.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

DUQUE, G.; CIRNE, M. N. R. *Pobreza Rural no Nordeste Semiárido: cidadania ou exclusão social*. In: Para pensar: outra agricultura. FERREIRA, A. D. D.; BANDENBURG, A. Curitiba, 2. ed., Ed.: UFPR, 1998, p. 151-168.

FARIA, J. H. de; FARIA, J. R. *Poder e controle em organizações solidárias*. In: PIMENTA, S. M.; SARAIVA, L. A. S.; CORRÊA, M. L. (Org.). Terceiro Setor: dilemas e polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 86-116.

FARIA, N.; NOBRE, M. (Org.). *A Produção do Viver: ensaios de economista feminista*. São Paulo: SOF, 104p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 7), 2003.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOUVEIA, B. S. S.; SODRÉ, M. L. da S.; DOURADO, A. M. *A prática agroecológica no bioma Caatinga: uma experiência no alto sertão Sergipano*. Cadernos de Agroecologia, v. 6, n. 2, dez. 2011, p. 1-6.

GUZMÁN, E. S. *Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável*. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 19- 32.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=280560&search=sergipe|porto-da-folha>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOREIRA NETO, M. *Outro Sertão: fronteiras da convivência com o semiárido*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2013.

SANTOS, A. dos; GOIS, M. N. de. *O território do Alto Sertão Sergipano: uma experiência de desenvolvimento territorial*. In: XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional. Universidad Católica Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador. 4 a 8 de octubre 2009. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-127.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

SANTOS, A. dos; GOUVEIA, F. H. C.; VIEIRA, P. dos S. *Contabilidade das Sociedades Cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas*. São Paulo: Atlas, 2008.

SARDENBERG, C. M. B. *Práticas sexuais, contracepção e aborto provocado entre mulheres das camadas populares de Salvador*. Estudos de Sociologia. Araraquara, v. 17, n. 32, p. 65-84, 2012.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, V. R.; SILVA, M. M.; PEREIRA, M. C. B. *Pluriatividade e sustentabilidade em comunidades rurais do semiárido nordestino*. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 35, p. 349-366, dez. 2015. DOI: 10.5380/dma.v35i0.40504.

SILVA, C. M. V.; VALENTE, A. L. E. F. *Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica*. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba-SP, v. 51, n. 2, p. 387-400, abr/jun 2013.

WANDERLEY, M. de N. B. *O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro*. In: PETERSEN, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 33-45.